

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Requerimento nº de 2019
(Do Sr. Deputado Leonardo Monteiro)

Requer a realização de Audiência Pública
em comemoração ao Dia Nacional de
Luta pela Pesca Artesanal

Senhor Presidente:

Requeiro de Vossa Excelência, nos termos regimentais, e ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada Audiência Pública, e convidados os representantes das instituições listadas abaixo, para debaterem o “Dia Nacional de Luta pela Pesca Artesanal”:

- Frente Parlamentar Ambientalista;
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Comissão de Direitos Humanos e Minorias;
- Representante da Universidade Federal de Pernambuco – Prof. Dr. Cristiano Ramalho;
- Representante do Movimento de Pescadores e Pescadoras – Josemar Duraes;
- Representante da Articulação Nacional das Pescadoras – Maria Eliene Pereira;
- Representante do Conselho Pastoral dos Pescadores e CNBB – Dom Valdeci Santos Mendes;
- Representante da Colônia de Pescadores Z11 de Buritis – MG.

Justificação

O Dia Mundial da Pesca é comemorado todos os anos em 21 de novembro, e foi estabelecido em 1998 como uma oportunidade para a reflexão sobre o estado dos oceanos, peixes, pescadores e comunidades costeiras.

No entanto, é no dia 22 de novembro, que comemoramos o Dia Nacional de Luta pela Pesca Artesanal ou simplesmente o Dia do Grito da Pesca Artesanal.

A data foi escolhida em referência à Revolta da Chibata, liderada por João Cândido, o Almirante Negro. As chibatadas hoje, no entanto, aparecem em forma de suspensão de benefícios trabalhistas e sociais, da negação da identidade da pescadora e do pescador artesanal e do ataque às demandas dessa categoria.

Desde 2015, as comunidades tradicionais pesqueiras se depararam com intensos ataques e perda de direitos, dentre elas, a edição do Decreto nº 8.425/2015, que estabeleceu regras para a definição da identidade de pescadores e pescadoras artesanais, indo de encontro ao modo de ser e viver das comunidades pesqueiras. Na prática, o decreto retirou de milhares de pescadores e, especialmente, pescadoras, o direito ao Registro Geral da Pesca (RGP), documento que garante o acesso a políticas públicas e sociais, principalmente direitos trabalhistas e previdenciários.

Além disso, o modo de vida das comunidades pesqueiras se encontra ameaçado por grandes empreendimentos econômicos, como a indústria do turismo, petrolífera, pelas usinas eólicas, entre outros, que tem colocado em risco os territórios pesqueiros.

A exemplo, o crime cometido pela Samarco/Vale, no rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que destruiu todo o ecossistema do Rio Doce, tornou impossível a pesca em toda extensão da bacia do Doce, e comprometeu a subsistência de comunidades tradicionais (indígenas), e milhares de pescadores.

Portanto, a realização deste evento além de homenagear os pescadores e pescadoras e suas famílias, que cada dia, com grandes sacrifícios, trabalham para satisfazer o apetite insaciável do nosso mundo para

o pescado, tem o papel de discutir os avanços ainda necessários para a categoria, inclusive o reconhecimento das comunidades tradicionais que mantêm a cultura pesqueira tradicional viva em nosso país.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2019.

LEONARDO MONTEIRO
DEPUTADO FEDERAL PT/MG